



Barragem do Baixo Sabor

Politécnico de Bragança discute impactes ambientais

Os impactes económico e ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor foram temas em debate nas jornadas promovidas, na quarta-feira da semana passada, pela Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, no âmbito do projecto "A bacia do Alto Sabor - recursos naturais, recursos humanos". A discussão, que teve como participantes o presidente da Câmara de Torre de Moncorvo, Aires Ferreira, por um lado, a EDP, assumida como parte neutra, e as associações ambientalistas Quercus e Geota, por outro, apenas serviu para repetir o que já se sabia: o autarca defende com unhas e dentes a construção da barragem, a EDP engasga e os ambientalistas exultam com este "ad aeternum".

João Branco



Escola Superior Agrária organiza jornadas sobre o impacto ambiental do aproveitamento hidroeléctrico

Aires Ferreira, depois de descrever todo o processo que decorreu até ao actual momento de indefinição criado pelo facto de se ter iniciado o estudo de impacte ambiental sem se terem revelado primeiro as conclusões do Estudo Preliminar de Impacte Ambiental (EPIA), entretanto realizado, argumentou que, ao contrário do que se diz, o Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor não é nenhuma alternativa à barragem de Foz Côa, cuja obra foi suspensa pela EDP, devido à opção tomada pelo Governo em 1996, de preservar as gravuras rupestres. De facto, defende o autarca, já havia um plano de 1960, da Hidro, que apontava o ano 2010 como data para a construção da Barragem do Baixo Sabor. A posterior opção pela de Foz Côa ter-se-á ficado a dever, segundo o autarca, à circunstância desta obra se afigurar como a única que poderia possibilitar transvases de água para o sul do país.

A segunda questão suscitada por Aires Ferreira foi a de que, se não houver hidro-eléctrica - que custa 50 milhões de contos e é uma energia renovável e limpa -, terá de ser construída uma central térmica poluidora para renderizar o gás natural (cuja rede até nem chegará a Trás-os-Montes) que custará 100 milhões de contos. Por outro lado, Aires Ferreira considera que ainda se discute muito hoje o Plano Hidrológico Espanhol, mas que se fala pouco do Plano Nacional da Água e do Plano Geral de Bacias. Será talvez, por isso, que, na sua perspectiva, "tais distraídos ainda não terão reconhecido que não há qualquer outro afluente do Douro que possua tanta capacidade de

armazenamento de água como o rio Sabor".

Peixe demasiado grande

Apesar de tudo, este problema só subsiste porque as Câmaras de Alfândega da Fé e de Torre de Moncorvo, que são as entidades que mais defendem a barragem, acharam que a sua construção era "um peixe demasiado grande para o anzol dos seus municípios". Daí o terem descartado essa responsabilidade para o Governo. O autarca lamenta, por isso, que se coloquem agora tantos obstáculos ao projecto (a divulgação das conclusões do EIA, após anteriores adiamentos, estava prevista para o final do ano passado) quando a Rede Natura 2000 considera muito mais importante o Alto, que o Baixo Sabor. A quem argumenta que "os técnicos é que sabem", Aires Ferreira, que também é técnico, contrapõe: "ora aí está um anti-democrata" e aos quem insistentemente sugerem que os benefícios para as populações locais se limitam aos cinco anos que demora a construção da Barragem, Aires Ferreira responde com uma pergunta: "se este tempo é pouco, então porque é que se organizou a Expo 98 que só durou meio ano?"

A dr^a Guadalupe, representante da EDP, historiando o processo, referiu que em 1996 foi realmente dado algum carácter de urgência ao Aproveitamento do Baixo Sabor, em face da resolução 4/96 do Conselho de Ministros que determinou "acelerar os estudos relativos a outros projectos de aproveitamento hídrico e energético no Douro Superior e seus afluen-

tes, com o objectivo de possibilitar a construção de uma nova barragem que possa cumprir funções hídricas semelhantes às atribuídas à Barragem de Foz Côa".

Instada a pronunciar-se se haveria outro projecto hidro-eléctrico em estudo que pudesse satisfazer tais requisitos, aquela técnica respondeu que não conhecia outro além do Sabor.

Moratória

Todavia, foi obedecendo àquela orientação do Governo que a EDP desenvolveu os estudos em fases sequenciais: plano geral, estudo prévio e projecto base. Os estudos relativos ao plano geral, concluídos em Abril de 1996, permitiram, segundo a EDP, que em Dezembro do mesmo ano fosse adjudicada a um consórcio externo a 1^a fase do Estudo Preliminar de Impacte Ambiental. Porém, os autarcas estranham a circunstância de se ter iniciado já a 2^a fase relativa ao EIA, sem se terem divulgado os resultados da primeira.

A bióloga Conceição Coutinho, do Grupo de Estudos do Ordenamento do Território (Geota) defende, por seu turno, uma moratória relativamente à produção de novos grandes centros de energia. Considerando que Portugal detém um dos mais baixos índices de eficiência energética, a ambientalista sugere que se equacionem primeiro as formas de melhorar essa eficiência, fazendo uma reflexão sobre os desperdícios actuais antes de andar a gastar dinheiro em novos grandes centros de produção de energia. A bióloga referiu ain-

da que se houvesse legislação aprovada sobre a directiva comunitária que obrigasse à discussão do Estudo Preliminar de Impacte Ambiental, o Governo não teria iniciado a 2^a fase sem divulgar os resultados da primeira. E como não concorda com os transvases, a ambientalista também não está de acordo que

se diga que a construção da barragem do Sabor seria uma alternativa à do Côa.

João Loureiro, da QUERCUS, por seu lado, afirmou que não está contra a barragem, só por estar, pois mostra-se disposto a mudar de opinião se alguém conseguir convencê-lo de que o sacrifício da conservação da Natu-

reza justifica tal desenvolvimento. Na sua perspectiva, porém, o dinheiro que vai ser gasto com a barragem poderia ser dirigido noutras direcções, em que pudesse ser mais rendibilizado, para evitar que se venha a concluir depois que esses milhões correspondem a um investimento inútil.

PÚBLICO

edição PORTO

Quinta-feira
20 de Abril de 2000

Diário • Ano 11 n.º 3686
140\$00 — € 0,70
IVA incluído

Director José Manuel Fernandes
Directores-adjuntos Adelino Gomes,
Nuno Pacheco e José Queirós

Rua Agostinho Neto, 16-C — 1769-010 LISBOA
Rua João de Barros, 265 — 4150-414 PORTO
Público na Internet: <http://www.publico.pt>
E-Mail: publico@publico.pt

Barragens polémicas

Alto Côa em vez do Baixo Sabor

A construção de pequenas barragens no Alto Côa vai ser estudada como alternativa à do Baixo Sabor. Só depois de uma análise comparativa entre os dois empreendimentos é que o Ministério do Ambiente se pronunciará. O PÚBLICO aborda as principais questões levantadas pela concretização da barragem do Sabor e dá a conhecer o projecto que a pode substituir.

páginas 5 a 7